

É TEMPO DE QUE A VOZ DA ÁFRICA SE ERGA PARA CONDENAR A INVASÃO ESTRANGEIRA DE ANGOLA

17/11/76 N. p. 2 — declarou o Presidente Samora Machel em Adis-Abeba

Conforme anunciamos na nossa edição de ontem, incluímos, no presente número o discurso proferido pelo Presidente da FRELIMO e da República Popular de Moçambique, Samora Moisés Machel, por ocasião da Abertura da I Assembleia Extraordinária de Chefes de Estado da Organização da Unidade Africana — OUA — no decorrer da qual foi debatido o problema angolano. O texto daquela intervenção, é o seguinte:

Sua Excelência Idris Amin, Presidente em exercício da Organização da Unidade Africana; Suas excelências, Che-

Desejamos, aqui, prestar a nossa homenagem vibrante aos esforços, à dedicação e ao espírito de sacrifício de todos aqueles que, pela sua contribuição, alargaram as fronteiras da liberdade, em África.

O combate travado — não é demais lembrá-lo, no momento em que parcelas do nosso continente continuam dominadas — foi um longo e árduo combate.

Contra a justiça da nossa causa, contra a vontade e determinação dos nossos povos, erguiam-se as armas poderosas com que os inimigos da África armavam o braço do colonialismo português. A nossa experiência demonstrou que os esforços do colonialismo português só conseguiram subsistir graças à ajuda exterior, à ajuda dada a quem interessava a manutenção do colonialismo.

A Organização da Unidade Africana não deve surpreender a agressão directa da África do Sul contra a República Popular de Angola. Desde a sua fundação, em 1963, a nossa Organização denunciou o regime racista sul-africano como um Governo despolítico de uma minoria contra os povos africanos, não só da África do Sul, como de toda a África.

Em fóruns internacionais — em particular no seio da Organização das Nações Unidas — o grupo africano, em conjunto com os países asiáticos e socialistas, faz votar a condenação do regime da África do Sul, apesar do apoio que lhe prestavam os seus aliados ocidentais.

A luta contra o racismo e a discriminação racial; a luta contra qualquer forma de colonialismo constitui, hoje, um ponto de princípio fundamental, um dos alicerces dentro da nossa Organização, conforme vem escrito na própria Carta da Organização da Unidade Africana.

A África tem, pois, o dever de condenar, aberta e claramente, essa agressão. A África tem o dever de condenar todos aqueles que abriram caminho à invasão inimiga, — os traidores da África — que não hesitaram em se aliar com os inimigos maiores dos nossos povos, que são o racismo, o colonialismo e o imperialismo.

Os povos africanos exigem, os nossos povos de África exigem desta Assembleia que ela julgue os autores desses actos.

COORDENAR ESFORÇOS CONTRA AGRESSÃO IMPERIALISTA

A questão fundamental que se põe à nossa Organização é como coordenar os esforços para fazer face à agressão sul-africana imperialista contra a República Popular de Angola.

Não temos dúvidas de que

Seria de esperar que o inimigo se resignasse à derrota? Que assistisse, passivamente, à actuação da soberania dos povos? Não. Mais do que ingenuidade, seria uma falta grave para com os nossos povos, se acreditássemos nas boas intenções do inimigo.

O inimigo não muda a sua natureza.

Só muda a sua tática.

Seria de esperar que o inimigo se resignasse à derrota? Que assistisse, passivamente, à actuação da soberania dos povos? Não — mais do que ingenuidade, seria uma falta grave para com os nossos povos, se acreditássemos nas boas intenções do inimigo.

O inimigo não muda a sua natureza. Só muda a sua tática.

E a República Popular de Angola que pode lançar um vasto movimento para a independência ou para a indispensável reconciliação nacional, exigência fundamental para a restauração da paz no país e para se iniciar a reconstrução nacional. E é ela que pode organizar a ampla frente patriótica que une, para além das facções políticas, todos os angolanos sinceros,

na luta contra o invasor, para preservar a independência e a identidade nacionais.

Mas, seria um crime para a África assistir passivamente à violação do solo angolano pelas forças racistas. A República Popular de Moçambique, fruto da luta heróica e vitoriosa do povo moçambicano

do nosso território, o que significa do nosso continente.

ANGOLA: O PRINCÍPIO FUNDAMENTAL É A INDEPENDÊNCIA COMPLETA

E a República Popular de

Angola, cuja resistência conheciam as suas zonas de apoio. A este respeito, a nossa delegação considera de grande importância que seja ouvido o testemunho da SWAPO, só pela colaboração dos fachos com a África do Sul na repressão aos combatentes da Liberdade na Namíbia. Hoje, torna-se claro para o mundo, quais são as forças em presença e quem defende a Independência de Angola. Aparece-nos o Movimento Popular para a Liberação de Angola — MPLA — como a única organização que defende o solo pétreo contra a agressão estrangeira; é a República Popular de Angola que traduz — no pleno interior e no plano das relações internacionais — a soberania do povo angolano.

Finalmente, tendo fracassado o seu intento de conquistar Luanda pela força, abandonaram os seus lugares no governo de Transição a que haviam subscrito, multiplicando actos de agressão e de violência e tentando impor a sua dominação, em Luanda, através do terror.

Finalmente, tendo fracassado o seu intento de conquistar Luanda pela força, abandonaram os seus lugares no governo de Transição a que haviam subscrito, multiplicando actos de agressão e de violência e tentando impor a sua dominação, em Luanda, através do terror.

território ocupadas pelas tropas sul-africanas. É esta a única República reconhecida por um largo número de países da comunidade internacional, reconhecimento que se alarga cada dia e lhe confere um estatuto diplomático internacional de Estado soberano. É esta República dotada de Constituição, Capital, Insígnia e Hino — símbolos da soberania que substituiu, no território de Angola, a presença colonial portuguesa.

APOIO À JUSTA LUTA DO PÔVO ANGOLANO

Excelências:

Consciente dos seus deveres para com os povos irmãos de África, a República Popular de Moçambique participa nesta conferência para encontrar, em concerto com os governos africanos, como no passado, as formas de desenvol-



O Presidente da FRELIMO e da República Popular de Moçambique, Samora Moisés Machel, ao lado do Presidente etíope Teferi Benti, quando recebia honras militares à sua chegada a Adis Abeba, cidade onde se realizou a Assembleia Extraordinária da OUA

rónia encontrou o apoio crescente da África e do Mundo, quem representa, verdadeiramente, os interesses do povo angolano, a sua vontade inquebrantável de Independência total e completa.

A FRELIMO e a República Popular de Moçambique apoaram a assinatura dos Acordos de Alvor, porque eles consagravam o princípio fundamental de Independência Nacional, estabelecendo, para isso, a data de 11 de Novembro de 1975.

A FRELIMO e a República Popular de Moçambique, ilmando as lições da sua experiência, apoiaram consistentemente a política de unidade nacional em Angola e a busca de um acordo entre os vários movimentos que se apresentavam como movimentos de libertação nacional.

Na conjuntura angolana de então, o acordo entre as três Organizações, com vista à formação de um Governo de união nacional, aparecia como a única forma de garantir o princípio fundamental, a Independência, retirando ao colonizador o argumento de que não havia interlocutor válido.

Neste contexto, nós consideramos que a assinatura dos Acordos de Alvor constituiu um passo positivo no processo de liquidação do colonialismo em Angola e, por isso, corretamente, a Organização da Unidade Africana exprimiu o seu acordo.

Cedo, porém, a sua implementação encontrou dificuldades. Aquelas que, durante a luta armada, se haviam distinguido pela sua passividade perante o inimigo direto, o colonialismo português, começaram a formar impossível o funcionamento do Go-

verno de Transição, renunciando, dessa forma, à própria implementação dos Acordos de Alvor.

O objectivo era claro: refrear-se para, a partir do exterior, organizar uma ofensiva destruidora, criar a justificação para uma invasão do território.

E, assim que nós vemos forças numerosas, dotadas de um material moderno, que jamais apareceram durante a luta contra o colonialismo, fazer a sua aparição no território angolano. Ao mesmo tempo, no sul do País, as forças fachos abriam caminho aos invasores sul-africanos que com um poderoso ar-

Governo de Transição, renunciando, dessa forma, à própria implementação dos Acordos de Alvor.

O objectivo era claro: refrear-se para, a partir do exterior, organizar uma ofensiva destruidora, criar a justificação para uma invasão do território.

E, assim que nós vemos forças numerosas, dotadas de um material moderno, que jamais apareceram durante a luta contra o colonialismo, fazer a sua aparição no território angolano. Ao mesmo tempo, no sul do País, as forças fachos abriam caminho aos invasores sul-africanos que com um poderoso ar-

A luta contra o racismo e a discriminação racial; a luta contra qualquer forma de colonialismo constitui, hoje, um ponto de princípio fundamental, dum dos olcres dentro da nossa Organização, conforme vem escrito na própria Carta da Organização da Unidade Africana.

A África tem, pois, o dever de condenar, aberta e claramente, essa agressão. A África tem o dever de condenar todos aqueles que abriram caminho à invasão inimiga, os traidores da África — que não hesitaram em se aliar com os inimigos maiores dos nossos povos, que são o racismo, o colonialismo e o imperialismo.

Africano. Este é o problema principal que nós temos a discutir nesta sessão extraordinária.

E certo que devemos esperar tentativas de iludir o problema real semeado a confusão. Tem-se pretendido pôr em paralelo a agressão da África do Sul e a ajuda que o MPLA recebe dos países solidários na luta pela Independência Nacional. Alguns, vão mesmo ao ponto de propor que a África do Sul só se retire — ou só retire as suas forças, as suas tropas de in-

Africano. Este é o problema principal que nós temos a discutir nesta sessão extraordinária.

E certo que devemos esperar tentativas de iludir o problema real semeado a confusão. Tem-se pretendido pôr em paralelo a agressão da África do Sul e a ajuda que o MPLA recebe dos países solidários na luta pela Independência Nacional. Alguns, vão mesmo ao ponto de propor que a África do Sul só se retire — ou só retire as suas forças, as suas tropas de in-

ver o combate pela Independência e Liberdade em África.

Falar das tentativas de recolonização a partir da África do Sul, não constitui, hoje, figura de retórica. A ameaça que pesa sobre nós é extremamente grave e exige ação corajosa e sacrificios.

A República Popular de Moçambique não hesitará em colocar todos os meios de que dispõe ao serviço da África, pela causa da Liberdade e Independência de Angola e pela própria República Popular de Angola, na justa luta contra a agressão estrangeira. A tarefa assim, é a de ajudar o povo angolano, ajudar a República Popular de Angola, e não a de a substituir a esmo. Nenhuma ajuda ou intervenção da Organização da Unidade Africana na República Popular de Angola, Estado soberano, poderá ter lugar sem que, previamente, o Governo angolano determine os termos dessa participação.

Queremos, antes de terminar, saudar particularmente o Presidente Agostinho Neto, Presidente do MPLA e da República Popular de Angola, e exprimir-lhe, mais uma vez, o nosso apreço e a nossa solidariedade total. Que o povo angolano saiba que no seu justo combate encontrará, sempre, o apoio dos povos da África que querem a Liberdade e a Independência.

Que a voz da África Unida se erga, bem alto, para condenar a agressão da África do Sul, do imperialismo e seus fachos, e para apoiar, consequentemente, a Independência de Angola, a República Popular de Angola.

Viva a Independência Nacional.

Viva a Organização da Unidade Africana.

A luta continua.